

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA DOZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E QUINZE-----**

-----Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do **Presidente da Mesa** – Laurentino Dias, o **Primeiro Secretário** – Manuel Santos e a **Segunda Secretária** – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias, Isabel Maria Oliveira Ferreira, eleita pelo PS; pelo período de vinte e cinco dias, Raquel Manuela Salgado Sousa, eleita pelo PS; pelo período de trinta dias, José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelo IPF; pelo período de trinta dias, Susana de Fátima Amorim Pinto de Cortez e Maria Clara Gonçalves Marques Mendes, ambas eleitas pelo PSD;-----

-----Pedi a *substituição*, do Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, pelo respetivo Secretário, Fernando Paulo Teixeira Soares; do Presidente da Junta de Freguesia de Vinhós, pela respetiva secretária Natália Alexandra Ribeiro Mendes e, por fim, o Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, pelo tesoureiro, José Adelino Gonçalves Ferreira.-----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade**.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e cinco Membros.-----

-----Entrou-se de imediato para a **ordem de trabalhos**, passando se para o **ponto um: *Apreciação e votação da 3ª revisão aos documentos provisionais de 2015***;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por agradecer a gentileza de todos os presentes com que acederam a esta proposta de realizar esta assembleia municipal extraordinária. Esta sessão foi convocada por entender que se justificava, dada a natureza do assunto que estava em discussão. Sem entrar em muitos pormenores de todo este

processo, disse que, em finais de junho, tinha sido confrontado com um pedido de audiência por parte de uma empresa que queria vir para Fafe.-----

-----O **Presidente da Mesa** interrompeu a palavra para dizer que este primeiro ponto e o segundo era o mesmo tema ou seja um alterava os documentos previsionais de 2015 devido ao ponto dois, e se não houvesse ninguém em desacordo, poderia ser feita a discussão conjunta desses dois pontos, um vez que percebeu que o Senhor Presidente iria abordar, também, o ponto dois. Pelo que seria feita a discussão conjunta, sem prejuízo de, no fim, se votar em separado. Não havendo objeções, disse que se passava a discutir de forma conjunta o ponto um e o ponto dois.-----

-----Retomando a palavra o **Presidente da Câmara** prosseguiu dizendo que dava prioridade máxima a este tipo de pedido, pelo que a audiência tinha sido agendada para o dia seguinte. Quando foram atendidos, disserem que era da empresa “Randstad”, da qual se lembrava, uma vez que tinha estado presente na inauguração das instalações de Vieira de Minho, por entender, que seria útil Fafe mostrar-se nesse tipo de foros. Comunicaram-lhe que tinha uma proposta para Fafe, que era a criação de um call center que iria criar duzentos empregos para a “Altice”, sendo preciso criar algumas condições, as quais a câmara teria de disponibilizar um espaço, de mais ou menos mil e duzentos metros quadrados, sendo oitocentos metros quadrados em open space, mobilado, pelo qual pagariam uma renda simbólica, assumindo o compromisso de indemnizar a Câmara dos investimentos feitos caso, no prazo de cinco anos, por alguma razão, tivessem de sair. Pediam a colaboração do Município, também, na divulgação e no recrutamento de recursos humanos, pediam a disponibilização de espaços para efetuarem a seleção de pessoal, que tinham de ser feita cá e a cedência de salas de formação, na altura era quatro, e tudo isto, com vista a iniciar funções em 5 de outubro. Eles tinham um contrato com a “Altice” que impunha essa data. Prosseguiu dizendo que, perante esta situação, havia alguns desafios, a Câmara pensou e, qualquer político, hoje em dia, não podia ignorar, com o problema de desemprego que existia, a possibilidade de criar emprego, pelo que se aceitou pensar no assunto. Desde logo, o primeiro desafio era encontrar um espaço, que estivesse operacional até outubro e, depois, havia as condições dos recursos humanos, pelo que era necessário saber se, em Fafe, os mesmos existiam ou não, para ocupar estes empregos,

uma vez que não faria sentido estarem a fazer um esforço para procurar criar condições de emprego para pessoas e as condições não existissem. E recordou, que já tinha feito uma referência, na última assembleia municipal, sobre esta possibilidade. No prazo de uma semana, tinha sido feita a divulgação possível deste projeto, e a primeira surpresa, foi que mais ou menos trezentas pessoas responderam à divulgação, cento e setenta e uma foram selecionadas, das quais noventa e três estavam em condições de arrancar, já em setembro, a sua formação. Neste momento, continuavam abertas as inscrições, existindo mais trinta pessoas que se achavam com condições para preencher as vagas, no entanto, ainda, não tinham sido avaliadas. A Câmara entendeu, unanimemente, que a criação de emprego era importante, que esta operação representava um estímulo direto à economia pelos salários que a empresa iria pagar, para as pessoas que passaram a ter um salário, sem falar do estímulo indireto à economia com a movimentação que, uma empresa, deste tipo, iria, obviamente, criar. Continuou dizendo que, depois disto ter sido decidido e se ter confirmado que existia potencial humano à procura de emprego, passou-se para a segunda fase, que se prendia com o local e o edifício. Era, desde logo, necessário encontrar um espaço que reunisse as condições exigidas. Atendendo aos números de pessoas recrutadas, as dimensões do espaço solicitado acabaram por crescer, pelo que o edifício precisava, agora, de ter mil e quinhentos e sessenta e sete metros quadrados e mil e duzentos em open space. Quanto ao local, inicialmente, pensou-se que uma empresa deste tipo, ou seja de serviços, era importante coloca-la dentro malha urbana devido ao seu impacto indireto. Em primeiro lugar, procurou-se um edifício que fosse propriedade do município que, adaptado, pudesse reunir as características solicitadas, mas não existia nenhum. Pelo que se procurou um edifício que rapidamente pudesse estar disponível, para que a câmara arrenda-se para depois o sub-arrendar. Rapidamente, se desistiu dessa ideia, pelas questões legais e problemas jurídicos que poderia trazer ao município. Procurou-se, então, tentar comprar um edifício que não fosse muito difícil de adaptar aquilo que era pretendido, foram vistos várias edifícios, alguns devolutos, algumas caves, mas o edifício que mais se enquadrava era o andar de cima da central de camionagem que, numa primeira fase, poderia acolher ali uma empresa deste tipo, só que quando se começou a fazer contas,



levando, em linha de conta, o tempo que seria preciso, dado que já existiam várias frações de vários proprietários, para negociar as mesmas e valor que era pedido, por metro quadrado, ficaria muito cara a sua aquisição. Assim sendo, optou-se por construir um edifício, o que ficava mais económico, num terreno disponível, que Fafe tivesse, de preferência na cidade, sendo mais fácil controlar os custos, não sendo necessário negociar com particulares. Prosseguiu dizendo que era possível aproveitar e recuperar uma zona degradada da cidade, como a rua Amália Rodrigues, nos terrenos da antiga estação, entendiam que aquela zona precisava de ser requalificada, já se tinha decidido mandar limpar e transformar aquele espaço em parque de estacionamento gratuito, havendo agora a oportunidade de preencher aquele espaço com este edifício, adequado as funções e que se enquadra bem naquele espaço pelo que se pensou em construir um edifício que fosse facilmente adaptado a outras funções, pelo que a Câmara irá ficar com o seu património enriquecido, ficando com um edifício amplo em open space, facilmente adaptável a muitas outras funções e que fosse um método de construção que permitisse que sem, muitos custos, fosse possível, tipo "lego", montar e desmontar noutro sítio. Existiam fragilidades nesta opção, alias como não existia nada que fosse perfeito, existia a questão do tempo, da burocracia, e, por isso, a justificação desta assembleia extraordinária, tendo que se cumprir as regras de contratação pública fazendo-se o contrato, e enviando-se para o Tribunal de Contas. Foi negociada com a empresa, depois, a possibilidade de encontrar, sem pôr em causa a entrada em funcionamento em outubro, aqui uma solução que permitisse que o edifício ficasse pronto no final deste ano. Relativamente ao impacto orçamental, disse que era evidente que a meio da segunda metade do ano, entrar num projeto que tinha um custo estimado de oitocentos mil euros, sem contar com o terreno, teria um certo impacto orçamental. Prosseguiu dizendo que, para além desse impacto, poderia ser feito uma pequena alteração ao orçamento, com já tinha sido feito, retirando de umas rubricas para reforçar esta, mas as leis dos fundos disponíveis iria, praticamente, bloquear o funcionamento da Câmara, daí a justificação para este empréstimo. A assembleia tinha dois pontos, um que era pedir autorização à assembleia para poder incluir no orçamento e no plano esta ação, a construção do edifício que não estava prevista, e o ponto dois era

pedir à assembleia autorização para contrair um empréstimo no valor de oitocentos mil euros, sendo um valor que não irá pesar muito no orçamento da Câmara e não alterava a capacidade de endividamento. Era um valor que qualquer executivo, em anos posteriores, podia facilmente amortizar, se assim o entender, pelo que não pesaria muito no futuro, desde que estivesse planeado no início do ano. Nesta altura, acabava por trazer alguns constrangimentos na operacionalização do trabalho, até quotidiano, da autarquia. Foi, também, entendido como um investimento que se ajustava perfeitamente as prioridades de investimento dos municípios. Este empréstimo terá um impacto económico efetivo no tecido empresarial e na economia fafense, pelo que se decidiu avançar para a construção de um edifício na rua Amália Rodrigues. Mostrou-se disponível para responder a todas as questões que fossem colocadas, disse que, pessoalmente não tinha interesse nenhum, não conhecia as pessoas por quem tinha sido abordado, mas como qualquer político responsável, não podia ficar tranquilo se tinha uma hipótese de criar tantos empregos de uma vez, e não o fazer, pelo que deixava este assunto à consideração de todos. Salientou que o protocolo e o contrato de arrendamento, não era, certamente, o que ele mais gostaria, resultava da negociação, da interação entre as partes e do acordo, tendo já sido aprovado pela Câmara que tinha competência, para esse efeito.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para dizer que tinha um recorte do jornal de negócios onde se podia ler que a “Altice tinha aumentado os lucros para 843 milhões de euros nos primeiros três meses do ano” e, noutro artigo que a “Randstad” tinha apresentado 228 milhões de euros no segundo trimestre de 2015”, pelo que afirmou serem empresas que não precisava da ajuda do município, não precisavam que a Câmara se endividasse para lhe disponibilizar um edifício. Se a Câmara pretendia ajudar essas empresas a instalar-se aqui, podia fazê-lo facilitando as licenças, a burocracia, oferecendo-lhe coisas ligeiras, o que seria aceitável. Prosseguiu, dizendo que lhe parecia exagerado que a Câmara se endividasse para fazer um edifício e disponibilizasse a um preço insignificante, ou seja, estava a substituir-se ao investidor, pelo que quem deveria investir era a empresa privada. Noutras ocasiões, via-se a Câmara a disponibilizar para fazer programas de solidariedade, neste caso estava a ajudar a precariedade. Todos

sabiam, que estas empresas, tipo multinacional, eram conhecidas pelo trabalho precário, pelos contratos de curto prazo, pelo trabalho por turnos e pelos salários baixos, sendo nisso que a Câmara estava a investir. Questionou o Presidente da Câmara sobre a razão pela qual a Câmara estava disposta a investir tanto dinheiro numa empresa que ia promover a precariedade laboral. Por essas razões não concordava com o proposto, e havia também o problema do contrato. Sabia que o mesmo não estava agora em discussão e que não fazia parte da ordem de trabalhos, mas que deveria ser discutido, uma vez que era a base para este negócio. Em primeiro lugar, falava-se sobre a Altice, mas essa firma quase não aparecia no contrato sendo o mesmo com a "Randstad", pelo que solicitou esclarecimentos. Disse que, não sendo o contrato com a Altice e não tendo a Câmara acesso ao contrato existente entre a Altice e a "Randstad", seria muito difícil saber quanto tempo que essa firma ficaria em Fafe. Solicitou, também, esclarecimentos sobre esse contrato, sobre a razão pela qual era a "Randstad" e não a Altice, sobre o ponto um do anexo que não dizia o mesmo que a cláusula 4 do protocolo, sobre a indemnização a pagar, se era só sobre os custos de adaptação e não incluía os custos de construção, e por fim, saber se, mesmo que a empresa ficasse em Fafe os cinco anos, a renda devida será mantida, uma vez que não chegava para o mobiliário.-----

-----Foi dada a palavra a **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para dizer que partilhava algumas das dúvidas do deputado Alexandre Leite, pelo que iria esperar pelas respostas que o Senhor Presidente da Câmara iria dar. No entanto, disse ter uma visão um pouco mais aberta sobre o assunto e que, infelizmente, o mercado de hoje em dia determinava muitos dos negócios e muito da forma como eram feitos. Apesar de, também, achar que era muito bom que não existisse precariedade, que estes contratos fossem feitos diretamente com a pessoa que estava a investir, neste caso com a Altice, que as rendas fossem melhores, que o Município não tivesse de fazer um investimento, a verdade era que as possibilidades existentes eram muito reduzidas e, por isso, era preciso agarrar as oportunidades quando surgiam. E tinha surgido uma oportunidade e, nesse sentido, a Câmara estava de parabéns porque a agarrou. Agarrou a possibilidade de criar emprego que era o que devia a todos motivar. As pessoas viviam dos salários e não tendo

emprego, não adiantava, de nada, ter um concelho muito bem desenvolvido, pelo que entendia que também era uma função, uma obrigação da Câmara tentar ajudar a desenvolver, nesse sentido, o concelho e promover as formas de emprego, sabendo aproveitar e tirar o melhor possível de cada uma dessas oportunidades quando surgissem. Prosseguiu dizendo que, apesar das muitas dúvidas, quer no contrato e no acordo, efetivamente a Câmara tinha andado bem, no sentido de aproveitar e de se propor como uma localização possível, porque, de certeza absoluta que, por todos os concelhos deste país, se fosse dada esta oportunidade, seguramente que todos eles a aproveitariam. Lembrou que, no passado, tinha havido oportunidades semelhantes que não foram aproveitadas. Terminou dizendo que, independentemente das dúvidas, os Independentes por Fafe iriam abster-se na revisão e votar, a favor, o empréstimo.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, para dizer que o Presidente da Câmara era um felizardo porque muitos deles tinham de correr à procura de investimento. Neste caso, tinha sido o investimento que tinha vindo ao encontro da Câmara. Relativamente a criação de emprego, a seu ver, o que devia ser levado em conta, era o protocolo criado com os critérios de seleção dos candidatos para os possíveis locais de trabalho onde deveriam ser salvaguardados os interesses do concelho de Fafe. Ser residente no concelho de Fafe deveria ser um dos critérios a prevalecer para que a parte da repercussão económica do salário se refletisse na economia local, pelo que deviam ser debatidos os critérios de seleção.-----

-----Foi dada a palavra a **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS** para dizer que fazia suas as palavras proferidas até agora, que o Partido Socialista, também, tinham dúvidas acerca do processo em si. Prosseguiu dizendo que a “Randstad” era uma empresa que já operava em trinta e cinco cidades e não eram o emprego que todos desejariam. Relativamente à seleção, referiu que a mesma já tinha sido feita, que já existiam cento e setenta cidadãos que já tinham sido escolhidos para entrar em formação seis semanas e, desse lote, iria nascer a primeira leva de funcionários. Relativamente as cautelas, a Câmara tinha tido as possíveis e as mais importantes que eram, se o negócio corresse mal e a partir do momento

em que já existia um investimento por parte da Câmara, existiam cláusulas que estavam garantidas e assinadas pelas partes. Não sendo a “Randstad” uma empresa criada o ano passado, era uma multinacional. Apesar de não gostar particularmente deste tipo de empresas, no entanto estava em causa os interesses dos cidadãos desempregados, moradores no concelho de Fafe e que, neste momento, estavam ansiosos por fazer um estágio de formação e por poder começar a trabalhar em breve e poder auferir um vencimento. Reafirmou que o que tinha de ser defendido era o emprego, que o edifício seria sempre propriedade do Município, pelo que o Partido Socialista votaria favoravelmente.-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que era unânime que ninguém gostava de empresas de trabalho temporário. Hoje em dia qualquer empresa contratava empresa deste tipo, como a “Randstad”, para fornecer recursos humanos. Era uma firma idónea, uma multinacional cotada na bolsa que não teria interesse em portar se mal. Prosseguiu dizendo que Presidente da Câmara de Vieira do Minho, que pertence à Comunidade Intermunicipal do Ave, já se tinha disponibilizado para promover uma conversa com o sócio maioritário da Altice, o Senhor Armando Pereira. Explicou que a Altice tinha feito um contrato com a “Randstad” no qual a Câmara não podia interferir, tendo a Altice padrões de exigência obrigando a que os mesmos sejam cumpridos até porque existia legislação nacional sobre este assunto. Só a isenção das taxas por parte do Município, faria com que esta firma se fosse instalar noutro local. Na análise que a empresa tinha feito para escolher o local, o tecido sociológico fafense, com a tradição que tinha de emigração, parecia ter o potencial necessário para poderem instalar e ter recursos humanos para arrancar com a empresa. Ia ao encontro de outro aspeto que gostava de referir e que ia um pouco contra a ideia da precariedade. Se todos pensassem, a precariedade resultava muito da oferta de trabalho, quantos mais trabalhadores existirem para um posto de trabalho mais precário ele ficava. Alias algum do desemprego que se gerava, acabava por ter o efeito de reduzir a segurança no trabalho e os valores dos salários. Prosseguiu dizendo que se estivesse a falar de um Call Center para falar em português era natural que a rotatividade dos postos de trabalho fosse maior porque a oferta de candidatos para ocupar esses lugares seria muita. Neste

caso, era mais difícil encontrar esses candidatos por era preciso ter uma mais valia que, era falar francês, o que era cada mais difícil encontrar. Em Portugal, tinha-se desinvestido no francês, tendo se investido muito no ensino do inglês e do espanhol, pelo que existiam poucas pessoas a saber falar francês, em Fafe. Eram pessoas que estavam ligadas à emigração que preenchiam esse requisito, pelo que essa característica aumentava-lhes o seu poder negocial com uma empresa desse tipo. Relativamente ao contrato e aos aspetos que tinham sido levantados, disse que existiam preocupações, uma delas era a indemnização pela saída da empresa, antes dos cinco anos. Ficavam obrigados a indemnizar o Município pelos investimentos já efetuados para a adaptação do edifício às características técnicas que eles tinham exigido, e o que o Município pretendia garantir era que, na hipótese deles desistirem, neste entretanto e a Câmara já tivesse iniciado a construção do edifício, eles teriam de indemnizar o Município de todos os investimentos feitos até ao momento. Depois, procurou-se que a renda, apesar de simbólica, tivesse uma indexação aos números de postos de trabalhos criados. Relativamente à questão colocada sobre os critérios de seleção dos candidatos referiu que, das entrevistas que já tinham sido feitas, já existiam cento e setenta e um pessoas selecionadas, sendo oitenta e sete por cento de Fafe, dez pessoas eram de Guimarães, seis de Celorico, quatro de Felgueiras, uma de Braga, Vizela e Lousada. Também, não via muito inconveniente porque também existiam muitas pessoas que vieram trabalhar para Fafe e aqui ficaram. Sobre o processo, adiantou que a formação iria começar em setembro, sendo a mesma paga, através de uma bolsa de formação, que era acumulável com o subsídio de desemprego, quanto estiverem nessa situação, de dois euros à hora e teriam oito horas de formação, de segunda a sexta. Depois, numa fase seguinte, passarão para um contrato de estágio curricular de três meses, sendo a hora paga a dois euros e quarenta e quatro centimos e poderão continuar a acumular com o subsídio de desemprego, mais cinco euros de subsídio de alimentação, em cartão, com oito horas de trabalho por dia e com uma folga fixa ao domingo e outra à semana. A seguir assinarão um contrato de trabalho, sendo o salário base quinhentos e vinte euros, um pouco acima do salário mínimo, o que a maioria dos portugueses ganhavam. Com o subsídio de alimentação de cinco euros em cartão, sendo que o mesmo na função pública

era de quatro euros e vinte e sete cêntimos e um prémio de desempenho que poderá chegar aos cem euros. Terminou dizendo que, o objetivo era criar trezentos e cinquenta postos de trabalho.-----

-----Foi dada a palavra a **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pela IPF** para deixar algumas notas que, a seu ver, eram importantes, nomeadamente sobre o número de funcionários, que deveria ser feito por um documento oficial e não por um mapa de pessoal, que era um documento privado da empresa. O protocolo, como já tinha sido referido e apesar dos 87 % de pessoas de Fafe, não privilegiava a contratação de pessoas de Fafe, o que facilmente se poderia ter corrigido. Finalmente, o aspeto que mais devia preocupar era o precedente que ficava aberto, esperando, sinceramente, que tivesse de ser mais vezes invocado.-----

-----O **Presidente da Câmara** solicitou a palavra para dizer que, se fossem abordados por uma outra empresa e, por uma questão de equidade, teriam de responder da mesma forma.-----

-----Seguidamente usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para dizer que o contrato, apesar de já estar assinado, se estas propostas não fossem aprovadas, era para deitar fora. No contrato falava em trezentos e cinquenta postos de trabalhos, a Câmara tinha pago publicidade no jornal, e se neste momento existiam prontas noventa e três pessoas, para chegar aos trezentos e cinquenta ainda faltava muito. E, no seu entender, nunca conseguirão trabalhar as trezentas e cinquenta pessoas pelo que, quando a Câmara arriscava em dizer que eram 350, estava a apostar sem garantia nenhuma. Isto porque o contrato não obrigava a que estivesse a trabalhar esse número de pessoas porque, se obrigasse, não era dito que se o número de trabalhadores fosse até 125, só pagaria de renda setecentos e cinquenta euros-----

-----O **Presidente da Câmara** esclareceu que era ao contrário. Até 125 postos de trabalho teriam de pagar 1500 euros de renda, e só a partir de 250 pagariam 750 euros. Aproveitou para corrigir e reafirmar que eram cento e setenta e um, que noventa e três já estavam prontos para começar já, outros precisavam de formação, umas em francês e informática, outras só em francês, outra só em informática, formação que será dada em conjunto com o Instituto de Emprego. O que, também, tinha dito era que já tinham em carteira mais

trinta pessoas que se achavam fluentes em francês e, sendo essa auto avaliação verdadeira, seriam mais 30 a somar ao 93. E não tinha sido feita muita força na divulgação.-----

-----Solicitou a palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para dizer que o PSD ia votar favoravelmente esta proposta e que, para o efeito apresentava a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo do PSD – Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal de Fafe vem, nos termos do artigo 16º, alínea j) do Regimento da AMF, apresentar declaração de voto, referente à globalidade dos pontos da ordem de trabalhos, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:-----

- 1º O PSD apoia, sem reservas, a política de incentivo à implantação de empresas e à criação de emprego no concelho de Fafe;-----

- 2º Nesta senda o PSD não pode deixar de acolher com agrado a postura da Câmara Municipal de Fafe, na pessoa do seu Presidente, ao contribuir para a criação de 350 postos de trabalho, disponibilizando para o efeito um pavilhão empresarial/multifuncional a construir pelo Município junto à Indaqua para instalar um “Call Center” explorado pela Randstad;-----

- 3º A condução de todo o processo, de acordo com as notícias veiculadas pela comunicação social, está sob o domínio do Senhor Presidente da Câmara Dr. Raul Cunha, que, estamos certos, saberá negociar, com talento e engenho os termos do protocolo, no qual terá sempre o superior interesse do município, sob pena, se assim não proceder, vir a responder civilmente pelos atos que se mostrem lesivos para o município;-----

- 4º Por isso, estamos em crer que os interesses do Município, nomeadamente aqueles que se prendem com a eventual falta de cumprimento do protocolo, serão cabalmente assegurados pelo Senhor Presidente, mediante a imposição à parte faltosa de uma indemnização adequada ao montante do investimento em causa;-----

- 5º Certamente que as negociações em curso estarão a ser rodeadas de todas as cautelas que permitam antever que os interesses do Município estão devida e legalmente assegurados;-----

- 6º O PSD quer crer que este caso não seja singular e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, estará disponível para acolher outras propostas que igualmente possam criar postos de trabalho.-----

Balizado pelo contexto das supra explanadas premissas, o Grupo do PSD vota favoravelmente todos os pontos da ordem de trabalhos, já que estes se correlacionam”.-----

-----O **Presidente da Mesa** disse que fazendo diferente daquilo que tinha sido seu hábito, neste trinta anos, nessa Assembleia, e pelo fato desta proposta ser original, duas palavras muito simples. Era a primeira vez que, enquanto presidente dessa Assembleia Municipal, participava numa discussão de uma proposta do Município que se destinava, objetivamente, a promover a criação de postos de trabalho em Fafe, pelo que saudou a Câmara, na pessoa do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores. Depois dizer que lhe parecia, que as intervenções feitas sobre este assunto, deveriam ser entendidas pela Câmara como uma forma de procurar ajudar ou sugerir à Câmara mais alguns cuidados, mais alguns pormenores, se fossem precisos, nas conversas e negociações que tinham levado a cabo com a Randstad, enquanto empresa com a qual a Câmara contratualizou este investimento e este projeto, sobretudo porque o essencial era a criação de postos de trabalho em Fafe. Todos tinham sorte porque, provavelmente, um dos acionistas, o Senhor Armando Pereira, da Altice, que tinha sido quem encomendou à Randstad a instalação do call center, era de Vieira do Minho e, por isso, não sendo sido por acaso, que o primeiro call center que ele instalou, nessa fase, foi em Vieira do Minho. Também, não terá sido, por acaso, que viesse procurar o concelho ao lado que era Fafe e com muita emigração proveniente de França. Os Fafenses tiveram a sorte de receber no seu concelho esta oportunidade. Relativamente ao fato da Randstad ser uma empresa como era conhecida por todos, uma empresa multinacional, das maiores multinacionais de trabalho temporário que, certamente cumprirá o seu papel, num edifício da Câmara, encomendado pela Altice, que a Câmara não tinha e irá construir para esse efeito, mas que ficará sempre sua propriedade. A Câmara Municipal não estava a fazer um investimento a fundo perdido ou seja a Câmara não estava a subsidiar uma empresa para trabalhar em Fafe. Estava a construir um edifício, de acordo com o que tinha sido apresentado e proposto, que irá ser executado, ficará propriedade do município de Fafe e, nesse edifício, será instalado este call center para funcionar nos próximos meses. Assim tivesse Fafe gente disponível e que concorresse a estes postos de trabalho que tinha,

evidentemente, características que não podiam circunscrever-se à qualidade de Fafenses. O que se pretendia era mesmo que soubesse falar francês porque este Call Center iria responder a questões vindas de França, e se não houvesse em Fafe 350 pessoas nessa condições, poderiam aparecer em Guimarães, em Celorico, seja onde fosse. A verdade era que Fafe estava a promover a criação de 300 postos de trabalho. Quanto aos membros desta Assembleia, principalmente os mais preocupados, se tivesse uma outra proposta mais fantástica do que essa, entendia que a Câmara Municipal, e a Assembleia Municipal ficariam muito agradecidos se ela aparecesse.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação o ponto um da ordem de trabalho, sendo **aprovado, por maioria, com trinta e sete votos a favor, um voto contra e sete abstenções.**-----

-----Passou-se, imediatamente, ao ponto dois - **Apreciação e votação de Contratação de Empréstimo de médio e longo prazo para financiamento dos projetos “Construção e apetrechamento de edifício multifuncional até ao montante de 800.000€”;**-----

-----Ponto dois ponto um - **Apreciação e votação do empréstimo;**-----

-----Colocado à votação, **foi aprovado, por maioria, com quarenta e quatro votos a favor e um voto contra.**-----

-----Ponto dois ponto dois - **Apreciação e votação da autorização prévia dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato de financiamento.**-----

-----Colocado à votação, **foi aprovado, por maioria, com quarenta e quatro votos a favor e um voto contra.**-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, passou-se à leitura da ata em minuta da presente sessão e posteriormente colocada a votação, **sendo aprovada, por unanimidade.**-----

----- Esgotada, assim, a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada, quando eram vinte e três horas e trinta minutos-----

-----E nos termos legais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco, de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

